



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA E PELA LINGUAGEM
THE CONSTRUCTION OF THE IDENTITY IN THE AND BY THE
LANGUAGE

Fabiana Moser¹
Ciro Damke²

RESUMO: As discussões recentes, no campo das Ciências Sociais, abordam a temática da produção da identidade como mediada pelas interações linguísticas, culturais e sócio-históricas dos sujeitos. Essas interações ocorrem pela linguagem, concebida como um sistema de significação por meio da qual as identidades são continuamente construídas. A partir desses pressupostos, no presente trabalho, temos como objetivo discutir como ocorreu a construção da identidade dos agricultores do extremo oeste do Paraná, em processo de desapropriação de suas terras para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Serão analisados alguns relatos expressos no documento “O Mausoléu do Faraó”, escrito pelo jornalista Antônio Carlos Moura e publicado em agosto de 1978 pela Comissão Pastoral da Terra. Teoricamente nos amparamos nos Estudos Culturais de Hall (2005), Woodward (2011) e Silva (2011), trazendo também algumas reflexões de Moita Lopes (2002, 2003) no que concerne a relação entre linguagem e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Identidade; Agricultores desapropriados

ABSTRACT: The recent discussions, in the Social Science area, treat about the thematic of the identity production as mediated by the linguistic, culture and social-historic interactions of the subjects. These interactions happen by the language as a system of signification through which the identities are continually constructed. To leave from these presuppositions, in this search work, we have to objective discuss how happened the construction of the identity of the farmers from the extreme west of Paraná, in process of alienation of his properties for the Itaipu Hydroelectric Power Plant building. Some reports expressed in the document “The Mausoleum of the Pharaoh”, written by the journalist Antônio Carlos Moura and published in August, 1978 by the Commission of the Earth Pastoral will be analyzed. Theoretically we support us in the Cultural Studies of Hall (2005), Woodward (2011), bringing also some reflections from Moita Lopes (2002, 2003) in that who concerns the relation between language and identity.

KEY WORDS: Language; Identity; Expropriated Farmers

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Letras - nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade, Centro de Educação, Comunicação e Artes. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Cascavel, Paraná, Brasil. E-mail: fabimoser@hotmail.com

² Doutor pela Ruprecht-Karls Universität Heidelberg - Alemanha e Professor do Curso de Letras da UNIOESTE - campus de Marechal Cândido Rondon - PR e do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Letras - nível de Mestrado e Doutorado. E-mail: cdamke@hotmail.com



INTRODUÇÃO

As discussões sobre identidade, no campo dos Estudos Culturais, têm enfatizado que vivemos em um período de “crise identitária” (HALL, 2005, p. 7), o que torna a temática tão frequentemente focalizada. O sujeito cartesiano, consciente, dotado de razão, ao longo dos tempos, devido às mudanças que foram ocorrendo na sociedade, foi sendo substituído pelo sujeito pós-moderno, o qual não possui uma identidade fixa, essencial e permanente. As identidades são, portanto, construções sociais e históricas e emergem na dialética social. Hall destaca que essa crise deve ser vista “como parte de um processo mais amplo de mudanças, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2005, p. 7). Isso pressupõe que a identidade não está ligada a um “eu” essencial e permanente, mas que, assim como a sociedade encontra-se em um contínuo estado de fluxo.

Desse modo, a identidade do sujeito se constrói a partir de sua interação na sociedade e mediada pelas práticas linguísticas, sociais e culturais. Por ser construída socialmente, é vista como transitória, passível de transformação e mudança e moldada pelas relações de poder e pela percepção dos sujeitos frente ao contexto sociocultural no qual estão inseridos. Sob este aspecto, podemos considerar que é na e pela linguagem que as identidades são construídas e reveladas, pois “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 261), assim, além de ser um meio de interação ela nos constitui como sujeitos sociais.

Com base nessas reflexões, este estudo aborda as influências da construção da Hidrelétrica de Itaipu – nas décadas de 1970 e 1980, no extremo oeste do Paraná – na constituição identitária de agricultores que viveram o processo de desapropriação de suas terras para a formação do Lago de Itaipu. A obrigatoriedade de terem que sair das terras que seriam alagadas, ao lado do sentimento de injustiça, devido ao valor pago pelas indenizações, fez com que os agricultores desapropriados buscassem e recebessem o apoio



da população local, representantes populares, entidades e meios de comunicação, para a reivindicação de seus direitos.

Com o intuito de denunciar o descaso do poder público para com a situação dos lavradores atingidos pela desapropriação e o sentimento de injustiça, incertezas quanto ao futuro, a Comissão Pastoral da Terra - doravante CPT - publica, em 1978, o documento intitulado “O Mausoléu do Faraó: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná”, organizado e redigido pelo jornalista Antônio Carlos Moura.

O referido documento compõe-se de 51 páginas e caracteriza-se, basicamente, pela descrição das angústias vivenciadas pelos agricultores, por ocasião da construção da Hidrelétrica de Itaipu. É dividido em três partes assim intituladas: 1) Expulsos da terra prometida; 2) Grandezas e fraquezas de Itaipu; 3) O sofrido país irmão.

Neste trabalho, objetivamos analisar como a linguagem, ou seja, os relatos do jornalista e as narrativas dos próprios agricultores expressas no documento, procuram construir a identidade desse agricultor. Para contemplar a análise ora proposta, selecionamos alguns trechos da seção “Expulsos da terra prometida”.

Na sequência, apresentamos os conceitos de identidade e linguagem adotados neste trabalho, e a análise dos fragmentos selecionados para o alcance do objetivo proposto.

LINGUAGEM E IDENTIDADE

Compreendemos a linguagem como produto e atividade da ação humana, como forma de interação. Nesse aspecto nos amparamos em Moita Lopes quando ele afirma que:

a temática das identidades surge em meio a uma concepção de linguagem como discurso, ou seja, uma concepção que coloca como central o fato de que todo uso da linguagem envolve ação humana em relação a alguém em um contexto interacional específico (MOITA LOPES, 2003, p. 19).

Esse enfoque sugere que as identidades sejam estudadas a partir de práticas discursivas, no caso deste trabalho, as práticas discursivas envolvem tanto o relato do jornalista sobre quem eram os agricultores que estavam sendo desapropriados e como



percebiam esse processo, quanto as narrativas dos próprios agricultores que, por meio da linguagem, construíram significações sobre si mesmos.

Ao falar em discurso, não podemos deixar de nos remeter a Bakhtin (2006), para o qual o discurso não é único, mas repleto de múltiplas vozes sociais. Nesse sentido, a construção das identidades por meio da linguagem, das práticas discursivas, envolve dois conceitos fundamentais: a alteridade e a situacionalidade, pois “todo ato discursivo se dirige a alguém e toda prática discursiva é situada no mundo sócio-histórico e cultural em que ocorre, isto é, não ocorre no vácuo social” (MOITA LOPES, 2003, p. 22).

Em outras palavras, interagimos e construímos nossas identidades em relação aos outros, disso decorre seu aspecto relacional de dependência e marcação da identidade pela diferença. Conceber a formação das identidades em seu aspecto relacional significa que a “identidade de uma pessoa depende de algo fora dela para existir, de outra identidade que dela se difere” (WOODWARD, 2011, p. 9). Silva também apresenta algumas considerações importantes a respeito desse aspecto de alteridade na constituição das identidades:

esse ‘outro’, numa sociedade em que a identidade torna-se cada vez mais difusa e descentrada, expressa-se por meio de muitas dimensões. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente (SILVA, 2011, p. 97).

Moita Lopes ainda acrescenta que “[...] as pessoas usam a linguagem a partir de suas marcas sócio-históricas como homens, mulheres [...] ao mesmo tempo que, nessas práticas, se reconstroem ao agirem uns em relação aos outros via linguagem” (MOITA LOPES, 2003, p. 25). Ou seja, as identidades são produzidas constantemente pela linguagem, assumindo um caráter instável e contingente. Para o autor:

O discurso como uma construção social é, portanto, percebido como uma forma de ação no mundo. Investigar o discurso a partir dessa perspectiva é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem e estão, desse modo, construindo sua realidade social e a si mesmos [...] é por meio desse processo de construção dos significados, no qual o interlocutor é crucial, que as pessoas se tornam conscientes de quem são, construindo



suas identidades sociais ao agir no mundo por intermédio da linguagem (MOITA LOPES, 2002, p. 30-31).

A partir dessa assertiva, entendemos que quando o jornalista e os agricultores usam a linguagem para expressar a situação por eles vivenciada, o fazem como homens ou mulheres, agricultores, trabalhadores, colonizadores, pais de família, representantes da comunidade, sendo influenciados por essas marcas sócio-históricas. Por meio do uso da linguagem constroem significações sobre a própria vida, pois “a linguagem não apenas expressa a experiência, mas antes a constitui, pois é através dela que [...] constrói uma representação da própria vida, dando-lhe significado” (PENNA, 1998, p. 90).

Penna (1998) citando Franchi (1977), enfatiza o papel da linguagem no tratamento simbólico da realidade:

... antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; e antes de ser mensagem, a linguagem é construção de pensamento; e antes de ser veículo de sentimentos, ideias, emoções, aspirações a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos [damos forma a] as nossas experiências (PENNA, 1998, p. 91).

A construção das identidades é, portanto, “resultado de atos de criação linguística [...] nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais” (SILVA, 2011, p. 76), ou seja, elas são criadas por meio de “atos de linguagem”, não estão dadas *a priori* no mundo, como elementos da natureza, precisam ser construídas e nomeadas e esse processo se faz por meio da linguagem. Desse modo, são “resultado de um processo de produção simbólica e discursiva” (SILVA, 2011, p. 81).

Na mesma direção, Rajagopalan salienta que “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela” e que, portanto, este não possui “uma identidade fixa anterior e fora da língua” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41), pois a própria língua é dinâmica e assim como as identidades está em um constante estado de fluxo.

Considerar a linguagem um sistema de significação por meio do qual as identidades adquirem sentido, implica também em afirmar que a produção das identidades relaciona-se com a cultura e com os “sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição” (SILVA, 2011, p. 78), não podendo ser compreendidas, fora desses sistemas. No entanto, ao



relacionar a construção das identidades com a linguagem Silva destaca seu aspecto de instabilidade, o que torna as identidades também instáveis. Nas palavras do autor:

Ocorre que a linguagem, entendida aqui de forma mais geral como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável. É precisamente isso que teóricos pós-estruturalistas como Jacques Derrida vêm tentando dizer nos últimos anos. A linguagem vacila (SILVA, 2011, p. 78).

Em certa medida, o caráter de indeterminação e instabilidade da linguagem ocorre porque o signo tem a função de substituir algo não presente. “O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto [...], um conceito ligado a um objeto concreto [...] ou um conceito abstrato” (SILVA, 2011, p. 78). Contudo, os conceitos não estão presentes no signo, eles têm sua presença sempre adiada, ou seja, ele não representa a coisa em si, mas é sempre definido por outros signos, num processo interminável. E é esse aspecto que faz com que o signo dependa da diferenciação, ligando-se assim, a questão da identidade e da diferença, pois:

o signo carrega sempre não apenas o traço daquilo que ele substitui, mas também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença. [...] A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença) (SILVA, 2011, p. 79).

Ao afirmar que a identidade é construída socialmente e apresenta-se de forma instável por meio da linguagem, reiteramos que a linguagem não se presta a pura descrição da identidade, mas a sua construção. Nesse aspecto o conceito de performatividade³, pode auxiliar para não fixar as identidades, mas compreendê-las em sua dinamicidade. A esse respeito Silva destaca que:

³ O conceito de performatividade é uma formulação de Austin (1998). Ele separa os atos de linguagem em proposições *constativas ou descritivas*, que descrevem uma ação ou estado de coisas e *performativas*, as quais estão ligadas a enunciados que resultam em uma ação imediata, como por exemplo, “eu declaro...”, “eu prometo...”.



O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é – uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para a ideia de ‘tornar-se’, para uma concepção de identidade como movimento e transformação (SILVA, 2011, p. 92, grifo do autor).

Quanto ao conceito de performatividade Silva expõe que Judith Butler (1999) amplia o seu sentido o associando a questão da identidade, ao considerar que muitas sentenças descritivas podem funcionar como performativas quando a enunciação além de descrever o fato também o produz:

[...] ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um ‘fato’ do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente estamos descrevendo (SILVA, 2011, p. 93).

Sob o aspecto performativo da produção da identidade, é o caráter de repetibilidade do enunciado, definido por Derrida (1991) de “citationalidade” que acarreta na produção da identidade, pois a citacionalidade permite que determinada expressão seja retirada de um determinado contexto e inserido em outro. Butler (1999), citada por Silva (2011), ainda acrescenta que a repetibilidade pode tanto reforçar identidades existentes quanto destruir identidades hegemônicas, produzindo-se assim, novas identidades.

As identidades são, pois, o resultado de afiliações a crenças particulares e possibilidades disponíveis aos indivíduos nos contextos sociais. Tal perspectiva sugere que, para participar das atividades de uma comunidade, é preciso tomar parte de seus valores e práticas. Construída a partir dos recursos disponíveis aos sujeitos, a identidade é passível de contestação e mudança (IVANIC, 1998), porque ela é multifacetada, e se transforma à medida que a pessoa interage na sociedade sofrendo influências da mesma, em seu modo de agir, posicionar-se, pensar, inclusive, na maneira que se percebe no mundo. Desse modo:



a identidade não está ligada a *ser*, mas a *estar*, ou mais especificamente a *representar*. Sendo a identidade uma construção social, e não um dado, herdado biologicamente, ela se dá no âmbito da representação: a identidade representa a forma como os indivíduos se emergem e enxergam uns aos outros no mundo (TÍLIO, 2009, p. 112).

Conforme Mendes, o poder e a desigualdade assumem importante função no processo identitário, uma vez que “a posição no espaço social, o capital simbólico de quem diz o quê, condiciona a construção, legitimação, apresentação e manutenção das identidades” (MENDES, 2002, p. 505).

Sob este aspecto, concebe-se a intrínseca relação entre a linguagem e a identidade, pois a primeira, além de constituir-se em um elo de interação entre interlocutores em um processo comunicativo, define-os e posiciona-os como sujeitos sociais. Dessa forma, é por meio da linguagem que as identidades são reveladas em uma constante negociação de sentidos.

Para Ivanic, “características particulares de um discurso são constituídas pelos valores, crenças e práticas correntes de um grupo social específico” (IVANIC, 1998, p. 45). Nessa perspectiva, quando alguém escolhe certas palavras e estruturas, está se alinhando com outros que usam as mesmas palavras e estruturas, fazendo uma afirmação sobre sua identidade. Essa escolha também é socialmente construída e não totalmente livre, pois está dentro das possibilidades de determinado contexto sócio-histórico e cultural. Ao se definir quem se é, delimita-se o que não se é; o processo de identificação inclui a diferenciação e, assim, a relação com o outro. Dessa forma, a alteridade é fundamento da identidade, pois os processos de construção identitária se constituem a partir das relações dialógicas com outros dizeres.

Com base na compreensão de que a identidade é construída na linguagem, na interação do sujeito com seus interlocutores por meio do discurso, do simbólico, o dizer do jornalista e as narrativas dos agricultores, expressas no documento “O mausoléu do faraó”, são uma importante ferramenta de estudo para verificar como o outro, no caso, o jornalista, constrói a identidade do agricultor desapropriado, e como o próprio sujeito, o agricultor, constrói-se naquele determinado contexto histórico.



As reflexões apresentadas, até o momento, definem as identidades como construções sociais e históricas. Também destacamos que as identidades são relacionais e estabelecidas por marcações de diferenças, sendo reveladas e construídas por meio da linguagem.

No entanto, apesar de considerarmos esse caráter transitório das identidades, Silva nos alerta que em seu processo de produção há a oscilação de dois movimentos: “de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la” (SILVA, 2011, p. 84). Em outras palavras, no processo de produção das identidades há um movimento que tende a essencializá-la, o qual está ligado a uma concepção racionalista de sujeito do Iluminismo, e outro movimento com abordagem não essencialista, associada as paradigmas do pós-modernismo. Silva ainda acrescenta:

É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e linguísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade” (SILVA, 2011, p. 84).

Quanto aos processos que tendem a essencializar as identidades, o autor aponta os argumentos de base biológica, principalmente quando se refere a identidade de gênero; os essencialismos culturais, como a imposição de uma língua nacional, única e comum, construção de símbolos nacionais (hinos, bandeiras, brasões) e apelo a mitos fundadores, na construção de identidades nacionais.

Os movimentos que tendem a subverter as identidades estão ligados à teoria cultural contemporânea. Nessa, o hibridismo é analisado com relação ao processo de produção de identidades, raciais, étnicas e nacionais. Silva ainda destaca que:

O hibridismo está ligado aos movimentos demográficos que permitem o contato entre diferentes identidades; as diásporas, os deslocamentos nômades, as viagens, os cruzamentos de fronteiras. Na perspectiva da teoria cultural contemporânea esses movimentos podem ser literais [...] ou podem ser simplesmente metafóricos. “Cruzar fronteiras”, por



exemplo, pode significar simplesmente mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades (SILVA, 2011, p. 87-88).

Neste trabalho, discutimos como é construída a identidade dos agricultores desapropriados, a partir do olhar do outro, representado pela CPT, responsável pela publicação do documento “O mausoléu do faraó” e, a partir dos olhares sobre si, com base nos registros dos diálogos desenvolvidos entre esses agricultores, em situação de interação, e registrados no referido documento, também poderemos verificar se há nos relatos esse movimento que procura essencializar as identidades.

A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE DO AGRICULTOR DESAPROPRIADO POR MEIO DA LINGUAGEM

Nesta seção, faremos a análise de fragmentos retirados do capítulo “Expulsos da terra prometida”, do documento “O mausoléu do faraó”. Esse capítulo é dividido em sete subseções: “A chegada”, “A grande ameaça”, “O ‘preço justo’ e a vacina”, “Um homem bem informado!”, “Atrás das ruínas, o medo”, “Um caso exemplar”, “Os posseiros”, que se caracterizam, respectivamente: pela historicização da chegada e estabelecimento dos agricultores, no oeste do Paraná, migrantes provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; pela exposição do projeto de construção da Hidrelétrica, considerado, no documento, como ameaçador para os agricultores; e, por fim, nas quatro últimas subseções, pelos diálogos entre os agricultores, no ano de 1978, e que abordam a insatisfação pelo alagamento das terras e da obrigatoriedade de saírem das mesmas, associado ao descaso do poder público e de representantes da Itaipu no atendimento às reivindicações do grupo e diante das incertezas quanto ao futuro.

Nas seções “A chegada” e “A grande ameaça” revelam-se a construção das identidades dos agricultores desapropriados, filtradas pelo “olhar” da Comissão Pastoral da Terra, a partir do discurso do jornalista Antônio Carlos Moura. Esse, na tentativa de sensibilizar o interlocutor quanto ao drama vivenciado pelo agricultor desapropriado,



empenha-se em construir uma imagem positiva do sujeito focalizado. O documento, redigido em tom apologético, inicialmente apresenta quem é o agricultor em processo de desapropriação, conforme trecho a seguir:

Se um lavrador do nordeste ou da Amazônia chegasse de repente ao oeste do Paraná, iria pensar que estava em outro país, e não no Brasil. Mas que povo tão branco, do cabelo louro e olhos azuis! Como seu jeito de falar é diferente! E os nomes, como são estranhos! Devem ser estrangeiros, mesmo... [...] Ah! Meu irmão, estes lavradores do Oeste do Paraná são filhos ou netos de italianos, alemães, poloneses, um povo que se mudou da Europa para o Brasil faz mais de 50, 80, ou 100 anos. [...] dos seus pais e avós, eles guardam não apenas os sobrenomes, a cor da pele, do cabelo e dos olhos, mas também muitos costumes e a própria língua. [...] ou mesmo falando a língua brasileira, guardam o sotaque de seus antigos, como se fossem, eles próprios, um estrangeiro recém-chegado no Brasil. (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p.5).

Esse trecho compõe a primeira página da seção “A Chegada”. Podemos perceber que o jornalista, inicialmente, se empenha em construir um perfil, uma identidade única para esses agricultores, os definindo como: “brancos”, “louros”, de “olhos azuis”, “filhos e netos de um povo que mudou da Europa”, com “costumes e língua própria”. Cria para o grupo, um perfil, um estereótipo ao inscrevê-los em identidades congeladas e imutáveis. Ao agir desse modo, realiza um ato de identificação e rendição dos desapropriados àquela condição na qual os enquadrou.

A maneira como apresenta o sujeito, resulta em uma construção essencialista da identidade, pois há a tentativa de firmar uma identidade fixa e unitária para todo o grupo que ora se encontra ameaçado de desapropriação, uma vez que generaliza características que correspondem a alguns dos indivíduos identificados como “desapropriados” e não a todos os agricultores. Assim confirmamos as reflexões de Woodward de que:

Com frequência, a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável. [...] Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza; por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, na “raça” e nas relações de parentesco” (WOODWARD, 2011, p. 13).



Sob esse aspecto, parece que apenas pertencem ao grupo de desapropriados os colonos sulistas, “*filhos ou netos de italianos, alemães, poloneses, um povo que se mudou da Europa para o Brasil faz mais de 50, 80 ou 100 anos*”, o que não corresponde com a realidade, pois havia na região pessoas provenientes de outros estados: Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, eram os chamados “nortistas”.

Novamente podemos nos remeter a Woodward, quando esta afirma “que o essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia” (WOODWARD, 2011, p. 15). Na história remete ao processo histórico vivido por esses migrantes e o que os motivou a vir ao Brasil. Quanto ao aspecto biológico, cria um perfil, um esteriótipo deles, são loiros de olhos azuis. “Assim, essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise” (WOODWARD, 2011, p. 12).

Disso podemos depreender que, ao mesmo tempo, que, para construir a identidade do agricultor a ser desapropriado o jornalista apela para reivindicações essencialistas, esse aspecto é revelador de uma crise identitária desse sujeito. Nesse contexto, entra em confronto sua identidade de trabalhador rural, pai de família, membro da comunidade, não apenas sua identidade de colonizador como quer fazer crer o jornalista.

Nesse ponto entram em tensão as perspectivas essencialista e não essencialistas de produção das identidades. Ou seja, o jornalista, procura criar para o grupo uma identidade una, a fim de justificar sua adesão a causa desses agricultores, mas ao mesmo tempo, o que se evidencia é uma identidade em crise, diante da situação social que estão vivendo.

Outro elemento da produção da identidade, que podemos observar nesse trecho, refere-se ao fato de que, implicitamente, ao construir a identidade do agricultor desapropriado, por meio da alteridade e da marcação da diferença, o jornalista procura construir uma identidade para o povo brasileiro. Assim, ser brasileiro significa não ter *pele clara, olhos azuis, cabelo louro, jeito de falar e nomes diferentes*.

Após situar quem é o agricultor, o jornalista contextualiza o processo de colonização do extremo oeste do Paraná



*seus pais e avós, quando chegaram ao Brasil, vindos da Alemanha, Itália, ou Polônia, conseguiram um pedaço de terra no Rio Grande do Sul e também em Santa Catarina. Então o governo situou ali aqueles **emigrantes** (chegantes de outro país), dando-lhes um pedacinho de terra, um **minifúndio**. Ali eles trabalharam duro, desbravando aquelas matas, plantando uva, fumo, trigo e outros produtos. Os filhos daqueles estrangeiros, já nascidos no Brasil, iam ajudando os pais no trabalho da lavoura. Quando cresciam e ficavam adultos, casavam, e muitos continuavam trabalhando ali, também, com seus filhos, com os irmãos, cunhados e sobrinhos, na mesma terra. [...] Por isso, chegou um tempo em que não dava mais para viver ali todo aquele povo. E muitos resolveram partir. Arrumar suas coisas, tomar a benção dos pais e procurar terra em outro canto (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p. 6, grifo do autor).*

Na enunciação, o jornalista também busca firmar uma identidade desses sujeitos como um povo sofrido, muito trabalhador e que traz, como herança dos antepassados, uma história de luta e trabalho com a terra, amparando-se para isso nos enunciados que definem o agricultor como trabalhador: “*Ali eles trabalharam duro, desbravando aquelas matas, plantando uva, fumo, trigo e outros produtos*”.

Ao mesmo tempo em que, praticamente, afirma que são estrangeiros, evidencia, por meio das escolhas lexicais, que esses lavradores paranaenses são brasileiros assim como os do Norte, buscando identificá-los com os demais brasileiros a partir da categoria de migrantes:

[...] eles têm muita coisa em comum com seus irmãos lavradores do Norte. Para começar, estes agricultores do Oeste do Paraná também são migrantes, isto é, também vieram mudando de lugar à procura de melhora de vida. [...] são brasileiros, sim, mas nascidos no Rio Grande do sul. São gaúchos. (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p.5).

O jornalista estabelece uma semelhança entre os dois grupos de lavradores, ao afirmar que ambos tiveram que migrar de sua terra natal em busca de melhores condições de vida. Ao afirmar que os lavradores paranaenses são provenientes do Rio Grande do Sul, mais uma vez essencializa sua identidade, pois deixa de informar que além de gaúchos, havia outros grupos de migrantes representativos, tais como catarinenses e provenientes do sudoeste do Paraná.



Considerando esse contexto e o discurso do jornalista, a constituição da identidade do agricultor é constituída na relação entre um “eu” e um “outro”, pois, a identidade é relacional. No entanto, podemos acrescentar que ao mesmo tempo que o jornalista procura criar a identidade do desapropriado por meio da marcação da diferença, ele também busca características em comum entre os “gaúchos” e “os lavradores do norte”. A diferenciação se dá no âmbito de suas características físicas e geográficas. Porém, busca aproximá-los a partir da categoria de trabalhadores rurais e migrantes, para os quais a terra possui o mesmo significado.

Os sentidos convocados pela caracterização desses sujeitos como migrantes, revela a relação de luta e busca de um território para fixar-se e (re)construir suas vidas, o que justifica tantos argumentos em relação à terra e ao trabalho empenhado em suas propriedades. Segundo Lima:

para os agricultores atingidos pela binacional, as desapropriações implicavam em todo um conjunto de relações sociais e estruturais, além do preço a ser pago pelas terras. Tudo havia sido construído com união e sacrifício. Havia criado um *habitat* do qual se orgulhavam e consideravam necessário para poderem levar uma vida digna e feliz junto aos familiares e amigos (LIMA, 2006, p. 334).

A partir da categoria de migrantes, o jornalista busca criar a empatia dos leitores em relação aos agricultores desapropriados, aproximando-os dos demais brasileiros, tais como os nordestinos e amazônicos, afirmando que os lavradores paranaenses “são irmãos daqueles”, que também lutam, trabalham e têm esperança, como podemos evidenciar no trecho que segue:

Mas bastaria olhar nas mãos deles, fortes, grossas, cheias de calos, e logo ficaria sabendo que aqueles sulistas são irmãos do nordestino e do amazônico: filhos da mesma terra, irmãos na mesma luta na lavoura, companheiros de um mesmo trabalho de igual esperança. (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p.5).

Percebemos referência a “mãos fortes, grossas e cheias de calos”, que definem o lavrador paranaense. Implicitamente, há uma valorização ao trabalho braçal e, logo, a confirmação do estereótipo de que “quem trabalha possui mãos com calos” em oposição aos que não



trabalham “que possuem mãos macias”, que nos fazem lembrar os indivíduos que realizam tarefas intelectuais. Observamos que o jornalista dialoga com outras vozes social e culturalmente situadas que conceituam o trabalho como ligado à força física. Assim, compreendemos que “o objeto do discurso de um locutor, seja qual for, não é objeto de discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele (BAKHTIN, 2000, p. 319).

Nessa perspectiva, a construção da Hidrelétrica representa, conforme se lê no documento, “A grande ameaça” para o lavrador:

Essa água que ainda não chegou, mas que já afogou toda uma vida de trabalho e a esperança de tranquilidade dos milhares de lavradores gaúchos que, um dia, deixaram sua terra, e chegaram ali para desbravar a região (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p.10).

Conforme enuncia o jornalista, a Hidrelétrica irá destruir o “elo” do agricultor com a terra por ele desbravada, irá desenraizá-lo, pois ao mesmo tempo em que o agricultor não quer sair do seu território, é refém das decisões políticas e econômicas. Nesse momento, constrói-se uma identidade de uma pessoa refém do sistema, que luta contra uma espécie de “gigante”. O jornalista, por meio do discurso, posiciona o agricultor como vítima, o indefeso, o injustiçado, o arrancado da terra. Podemos perceber a representação que o enunciador faz de si e do outro. “Assim sendo, as escolhas lexicais são pistas do lugar social e ideológico de onde os sujeitos enunciam, da posição que ocupam em um dado discurso” (CAVALCANTI, 2008, 174). Além do mais, [...] “todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de modo singular assim como seus interlocutores” (MOITA LOPES, 2003, p. 19). Desse modo, o jornalista, por meio das escolhas lexicais que faz, enuncia e posiciona os agricultores no contexto sócio-histórico de luta e mobilização contra a Itaipu.

Ao sentir-se ameaçado, o lavrador cria resistência em deixar seu território e expressa seu temor de ter que se deslocar para outros espaços:



- *Eu já conheço aquele Norte e não quero ir para lá. O problema de doença não é fácil, malária, principalmente.[...] problema de estrada e transporte lá é outra barbaridade. [...] E lá tem que começar tudo de novo. Não é como aqui que a gente já tem a terra pronta, é só passar as máquinas. Depois diz que a terra lá é fraca, tem que jogar muito calcário; aqui nós nem conhecemos isso. [...] Aqui, com três ou quatro alqueires, a gente pode viver, agora que está tudo prontinho, mecanizado, é só preparar e plantar (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p.13).*

Ao relatar os motivos pelos quais lhes desagradava a possibilidade de ter que morar no norte, o lavrador constitui a identidade dos brasileiros que residem nessa região do país. Trata-se de brasileiros reféns das condições adversas em que se encontram: doenças, precariedade dos transportes, etc. Desse modo, ao mesmo tempo em que assemelham-se aos “irmãos do norte”, também diferenciam-se dos mesmos, por possuir melhores condições de sobrevivência e para o trabalho com a terra.

Nesse sentido, os agricultores expressam um vínculo com o espaço, por eles, tornado produtivo. Questionam o alagamento, apoiando-se na fertilidade da terra “a flor da terra”, conforme o trecho a seguir:

- *E nós aqui- prossegue o rapaz – com tanta terra boa, com a flor da terra do Oeste do Paraná, podendo produzir tanto alimento... [...] falam que é para plantar com mais técnica, pra produzir mais alimentos para o Brasil, mas o que adianta? A flor da terra eles vão indenizar e cobrir com água... E nós temos que ir pra Rondônia, pro Mato Grosso... (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p.5).*

Sob este aspecto, se justifica a frustração dos agricultores em relação à terra que seria alagada, pois neste momento histórico, estavam começando a colher os frutos de seu trabalho na terra, depois de ter que desmatá-la e torná-la cultivável. Muitos deles, inclusive, haviam feito financiamentos no banco e ainda estavam com as dívidas em relação aos maquinários adquiridos. Por meio do discurso também é possível perceber que o agricultor se identifica como pertencente a um grupo quando ele diz “nós”, “a gente”, ele demonstra uma preocupação com o grupo que ele representa e que o representa.

O relato também revela a ruptura do trabalho e a angústia diante das dívidas:



- *Quando um lavrador tem uma dívida no Banco do Brasil, o que vai acontecer com a indenização?* (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p.12).

A construção da identidade dos desapropriados está marcada também pelas relações de poder entre eles e os órgãos que representam esse poder, tais como Itaipu e o banco. Essas relações constituem a identidade do agricultor, pois segundo Castells (2006), a construção das identidades sociais, é marcada pelas relações de poder e ocorrem em situações de tensão e conflito. Nesse contexto, emerge o que o autor define como identidade de resistência, por meio da qual grupos sociais apresentam formas de organização e resistência coletiva, em um caráter defensivo do que está sendo imposto.

Haesbaert e Bárbara, ao abordar a questão da “identidade e migração em áreas transfronteiriças” salientam que o processo de dominação econômica e o controle político do território, mobiliza a construção de identidades territoriais de resistência. “Esse tipo de identidade é mobilizado por grupos que, conscientes da situação de exclusão à qual estão submetidos, passam a entrincheirar-se de modo a fazer a referência ao território como fonte de significado e, por isso, base fundamental da luta” (HAESBAERT E BÁRBARA, 2009). Essa referencialidade ao território, caracterizando-se na construção de uma identidade de resistência pode ser percebida nos agricultores, ao questionarem e se mobilizarem lutando pelos seus direitos amparando-se na importância do seu trabalho para a sociedade:

O homem vive da terra. O homem da cidade também vive da terra. Vive daquilo que nós plantamos. Mas parece que o governo não dá valor pra gente. Se ele precisasse de nós não ia fazer um papel desses com a gente (O MAUSOLÉU DO FARAÓ, 1978, p. 14).

Há um sentimento de coletividade criado em torno dessa questão, na medida em que reforçam seu vínculo com o território a ser desapropriado. Para isso, amparam-se em suas identidades sociais de agricultores, que tornaram essas terras mecanizadas e produtivas.



CONCLUSÃO

Ao refletir sobre a maneira com a identidade dos agricultores é construída e revelada no discurso, tanto da Comissão Pastoral da Terra, tendo como porta-voz o jornalista Antônio Carlos Moura, quanto na representação que os próprios agricultores fazem de si ao posicionarem-se diante do contexto sócio-histórico que estão vivendo, evidenciamos a tentativa de construção de uma identidade essencialista, as quais emergem nas relações de poder estabelecidas entre os desapropriados e as instituições governamentais, representadas pela Binacional.

O jornalista procura persuadir os interlocutores da situação de vítimas dos desapropriados, construindo sobre esses um perfil de trabalhadores rurais e migrantes. Os agricultores, por sua vez, amparam suas identidades a partir da referencialidade com a terra.

Assim, podemos verificar que a constituição das identidades ocorre na e pela linguagem, pois ao mesmo tempo que, por meio das práticas discursivas revelamos nossas cambiantes identidades, a linguagem também se presta a fixar determinadas identidades a partir de discursos socialmente construídos e situados.

Cabe destacar, que nosso objetivo neste artigo não é levantar uma bandeira de luta ou defesa em prol dos atingidos ou da Itaipu, tão pouco fazer apologia ao “O Mausoléu do faraó”, mas analisar sob a perspectiva discursiva, como a linguagem adotada em um documento formulado em meio a uma situação de conflito, entre agricultores e Itaipu revela suas identidades em um dado momento histórico. Portanto, não desconsideramos os méritos e benefícios que a Binacional trouxe para a região e o país, tampouco a dor e o sofrimento das pessoas atingidas. Nosso propósito é estabelecer uma análise, que após um distanciamento temporal, torna-se relevante para compreender como os sujeitos envolvidos



percebiam o que estava acontecendo construindo uma percepção sobre os outros e si mesmos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, Joanildo (Org.). **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em Linguística Aplicada: implicações éticas e políticas. In: Moita-Lopes, L. P. (Org.) **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAESBAERT, Rogério; BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. In: *GEOgraphia* 53 vol 3 n.5, 2009.

IVANIC, Roz, **Writing and Identity: the discursual construction of identity in academic writing**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins BV, 1998.

LIMA, Ivone Teresinha Carletto de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento**. Niterói: Editora Germânica, 2006.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Discursos de identidade: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.



MOURA, Antônio Carlos. **O Mausoléu do faraó**: a usina de Itaipu contra os lavradores do Paraná. Comissão Pastoral da Terra- CPT: 1978.

PENNA, Maura. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda de identidade e desenraizamento. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TÍLIO, Rogério. O jogo discursivo na vida afetiva: a construção de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org.). **Discursos de identidade**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2011.